



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DESCRIÇÃO DO OBJETO

1.1. Objeto

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de pesquisa de opinião pública, compreendendo a elaboração de plano amostral, definição metodológica, coleta de dados, tratamento estatístico, construção de banco de dados e análise dos resultados obtidos.

1.2. Natureza do Objeto

Serviço comum, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos neste Termo de Referência.

1.3. Objetivo da Contratação

Avaliar os seguintes aspectos no dia do pleito eleitoral de 2026:

1.3.1. O grau de satisfação dos eleitores em relação aos serviços prestados pelo TRE-TO no dia da votação.

1.3.2. O nível de informação do eleitorado acerca do processo eleitoral.

1.3.3. A percepção de credibilidade da Justiça Eleitoral durante o processo de votação de 2026.

1.4. Vigência Contratual

O contrato terá vigência da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2026, ou até a entrega e homologação do Produto Final (Relatório e Banco de Dados), prevalecendo o que ocorrer por último.

2. JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO

2.1. Motivação

A contratação visa atender ao requisito de monitoramento da satisfação do cliente previsto na ISO 9001:2015 (item 9.1.2), necessário à manutenção da certificação do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) do TRE-TO, bem como fornecer dados estatísticos oficiais sobre o comportamento do eleitorado.

2.2. Relevância Institucional

A pesquisa constitui instrumento estratégico para:

2.2.1. Subsidiar a tomada de decisão baseada em evidências para futuras eleições.

2.2.2. Identificar gargalos operacionais percebidos pelo eleitor no dia do pleito.

2.2.3. Fortalecer a transparência e a legitimidade institucional através de dados independentes.

2.3. Alinhamento Estratégico

A contratação está alinhada ao Planejamento Estratégico do TRE-TO (2021–2026), especialmente no eixo de melhoria da prestação jurisdicional e satisfação do cidadão.

2.4. Natureza da Contratação

Serviço de execução pontual, com etapas preparatórias antecedendo o pleito e consolidação posterior.

3. DESCRIÇÃO COMPLETA DA SOLUÇÃO

3.1. Metodologia Geral

Pesquisa de campo presencial, mediante abordagem direta de eleitores na saída dos locais de votação, no dia do pleito (1º turno).

3.2. Abrangência

Eleitorado dos 139 municípios do Estado do Tocantins, distribuídos em 33 zonas eleitorais.

3.3. Parâmetros Estatísticos

3.3.1. Nível de confiança: 95%.

3.3.2. Margem de erro: até 2,5%.

3.3.3. Aplicação de fator de correção para população finita.

3.3.4. Consideração do efeito de desenho (Deff) no cálculo da amostra.

3.4. Plano de Amostragem

A amostragem será probabilística, estratificada e em múltiplos estágios, compreendendo:

3.4.1. Estratificação:

3.4.1.1. Cobertura de todas as microrregiões estabelecidas pelo IBGE (com distribuição proporcional de esforço amostral).

3.4.1.2. Porte dos municípios (Pequeno, Médio, Grande).

3.4.1.3. Zonas eleitorais.

3.4.1.4. Variáveis sociodemográficas (sexo, idade, escolaridade e renda).

3.4.2. Seleção de municípios: Probabilidade proporcional ao tamanho do eleitorado (PPT).

3.4.3. Seleção de locais de votação: Amostragem aleatória dentro dos municípios selecionados, com validação do TRE-TO.

3.4.4. Seleção de eleitores: Abordagem sistemática (ex: a cada "n" eleitores que saem da seção), com intervalo fixo previamente definido no Plano de Trabalho.

3.5. Controle de Qualidade

3.5.1. Durante a coleta:

3.5.1.1. Distribuição das entrevistas ao longo do horário de votação (8h às 17h).

3.5.1.2. Registro obrigatório de recusas e taxas de não resposta.

3.5.1.3. Supervisão de campo in loco e remota.

3.5.1.4. Rastreabilidade dos entrevistadores.

3.5.1.5. Vedação de substituições de entrevistadores sem anuência do fiscal.

3.5.2. Após a coleta:

3.5.2.1. Crítica, edição e validação dos dados.

3.5.2.2. Verificação de consistência estatística.

3.5.2.3. Verificação de consistência estatística e ponderação amostral (Pós-estratificação) com base em dados oficiais da Justiça Eleitoral.

3.6. Produtos da Contratação

3.6.1. Produto 01 – Plano Amostral e Metodologia: Detalhamento estatístico, mapa de cobertura e critérios de validação.

3.6.2. Produto 02 – Plano de Trabalho (PT): Cronograma, plano de capacitação, logística e controle de qualidade.

3.6.3. Produto 03 – Instrumento de Coleta (Questionário): Versão final validada pelo TRE-TO, livre de viés político-partidário e aplicação de pré-testes do questionário.

3.6.4. Produto 04 – Relatório Final da Pesquisa: Análise estatística descritiva e inferencial, interpretação dos resultados e recomendações.

3.6.5. Produto 05 – Banco de Dados: Arquivo bruto e tratado (formato .sav, .dta ou .csv), com dicionário de dados e documentação técnica.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Garantia

Não aplicável, dada a natureza intelectual do serviço.

4.2. Conformidade Técnica, Ética e Legal

4.2.1. Observância integral do plano amostral validado pelo NUGEST.

4.2.2. Vedação Política: É vedada a participação de empresas que realizem pesquisas eleitorais para partidos, candidatos ou coligações no mesmo pleito, ou que possuam vínculos que caracterizem conflito de interesses.

4.2.3. Proteção de Dados (LGPD): A contratada deve garantir a conformidade com a Lei nº 13.709/2018, assegurando o anonimato dos entrevistados e a segurança no armazenamento e transmissão dos dados.

4.2.4. Sigilo: Todos os dados coletados são de propriedade do TRE-TO e não podem ser divulgados pela contratada antes da autorização expressa do Tribunal.

4.3. Cronograma Estimado (2026)

4.3.1. Produto 01 (Plano Amostral): até 04/09/2026.

4.3.2. Produto 02 (Plano de Trabalho) e 03 (Questionário): até 18/09/2026.

4.3.3. Execução da Coleta: 04/10/2026 (Dia da Eleição).

4.3.4. Produtos 04 (Relatório) e 05 (Banco de Dados): até 06/11/2026.

4.4. Sustentabilidade

Observância ao Plano de Logística Sustentável (PLS) do TRE-TO e ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, priorizando, quando possível, a digitalização de documentos e redução de deslocamentos desnecessários.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Regime de Execução

Empreitada por preço global, considerando a totalidade dos serviços necessários à entrega dos produtos.

5.2. Execução da Pesquisa

A coleta de dados ocorrerá prioritariamente no dia das eleições (04/10/2026), no horário de funcionamento das seções eleitorais (8h às 17h), podendo haver extensão para apuração se necessário para conclusão das entrevistas em andamento.

5.3. Obrigações da Contratada

- 5.3.1. Responsabilizar-se civil e administrativamente por seus empregados e prepostos.
- 5.3.2. Fornecer todo o material necessário à coleta (pranchetas, tablets, crachás, etc.).
- 5.3.3. Capacitar a equipe (ISO 9001 – item 7.2), garantindo neutralidade e abordagem técnica.
- 5.3.4. Substituir imediatamente profissionais que apresentarem desempenho inadequado ou conduta incompatível.
- 5.3.5. Manter sigilo absoluto sobre os dados até a liberação oficial.
- 5.3.6. Entregar os dados em formato aberto e interoperável.
- 5.3.7. Suporte logístico integral.

5.4. Recebimento

- 5.4.1. Provisório: Até 5 dias úteis após a entrega de cada produto, para verificação de conformidade formal.
- 5.4.2. Definitivo: Após validação técnica pela ASPEQ/NUGEST e correção de eventuais não conformidades.

5.5. Da Imparcialidade e Isenção da Equipe de Campo

A CONTRATADA deverá assegurar, sob sua exclusiva responsabilidade, a absoluta imparcialidade, neutralidade e isenção da equipe envolvida na execução da pesquisa, especialmente dos entrevistadores que atuarão na coleta de dados no dia do pleito eleitoral.

Para fins do disposto no caput, a CONTRATADA obriga-se a:

I – selecionar e contratar entrevistadores, supervisores e demais integrantes da equipe de campo que não possuam vínculo, direto ou indireto, atual ou recente, com partidos políticos, federações partidárias, coligações, candidatos ou campanhas eleitorais;

II – vedar a participação de profissionais que tenham atuado, nos últimos 12 (doze) meses, em atividades de natureza político-partidária, inclusive prestação de serviços, militância, assessoria, coordenação ou qualquer forma de engajamento em campanhas eleitorais;

III – exigir de todos os integrantes da equipe de campo a assinatura de declaração formal de inexistência de vínculo político-partidário e de compromisso com a imparcialidade na execução dos serviços;

IV – promover capacitação específica da equipe, com ênfase em conduta ética, neutralidade, abordagem padronizada e vedação a qualquer forma de indução, direcionamento ou influência sobre as respostas dos entrevistados;

V – assegurar que a aplicação dos questionários seja realizada de forma técnica, padronizada e em estrita conformidade com o instrumento aprovado pelo CONTRATANTE, sendo vedada qualquer alteração, interpretação tendenciosa, comentário ou manifestação que possa comprometer a lisura da coleta;

VI – garantir que os entrevistadores não utilizem vestimentas, símbolos, adesivos, cores, expressões ou quaisquer elementos que possam ser associados a partido político, candidato ou posicionamento ideológico;

VII – comunicar imediatamente ao CONTRATANTE, por meio de canal oficial definido, qualquer situação que possa comprometer a imparcialidade da pesquisa, adotando, de forma tempestiva, as medidas corretivas cabíveis, inclusive a substituição de profissionais no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, ou de forma imediata, quando constatada a irregularidade no dia do pleito;

VIII – disponibilizar ao CONTRATANTE, com antecedência mínima de 10 (dez) dias do início da coleta, relação nominal completa da equipe de campo, acompanhada das respectivas declarações de inexistência de vínculo político-partidário, para fins de validação prévia;

IX – manter sob sua guarda, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, o dossiê individual de cada entrevistador, contendo declaração assinada, documento de identificação e comprovante de capacitação, disponibilizando-o ao CONTRATANTE sempre que solicitado, para fins de fiscalização contratual e auditoria;

X – orientar formalmente a equipe de campo a manter conduta compatível com os princípios da imparcialidade e neutralidade durante a execução contratual, abstendo-se de manifestações de cunho político-partidário no exercício das atividades relacionadas à pesquisa;

XI – responsabilizar-se integralmente por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento desta cláusula, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis.

Parágrafo único. O descumprimento das disposições deste item será caracterizado como falha grave na execução contratual, podendo ensejar a aplicação das penalidades previstas nos arts. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021, inclusive a rescisão contratual por justa causa.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. Fiscalização

A fiscalização será exercida por servidor designado da ASPEQ, com apoio técnico do NUGEST para validação estatística.

6.2. Comunicação

A comunicação entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA dar-se-á, preferencialmente, por meio de canais formais institucionais, especialmente por intermédio do endereço eletrônico oficial da Assessoria de Pesquisa, Estratégia e Gestão da Qualidade – ASPEQ (aspeq@tre-to.jus.br), o qual será considerado, para todos os fins, meio oficial de comunicação entre as partes.

Admite-se, ainda, a utilização de outros meios formais, tais como comunicações escritas no âmbito do processo administrativo eletrônico (SEI), bem como, excepcionalmente, o uso de aplicativos de mensagens instantâneas para tratativas operacionais urgentes, desde que posteriormente formalizadas por meio do canal oficial.

Parágrafo único. As comunicações realizadas por meio do endereço eletrônico institucional indicado neste item serão consideradas válidas e eficazes para fins de instrução processual, notificações, solicitações e demais atos relacionados à execução contratual.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. Medição

7.1.1. A metodologia de avaliação dos serviços deve observar o contido nos itens próprios deste Termo de Referência.

7.1.2. Os serviços entregues serão submetidos à avaliação da ASPEQ e Núcleo de Gestão Sócio Ambiental e Estatística/NUGEST e deverá observar o item 5.4 deste Termo de Referência.

7.2. Pagamento

O pagamento à contratada será efetuado, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, por meio de Ordem Bancária, após apresentação da Nota Fiscal/Fatura, em 1 (uma) via, devidamente atestada por servidor da ASPEQ.

8. SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. Modalidade

A seleção do contratado se dará por intermédio de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, conforme art. 28, I, da Lei n.º 14.133/2021.

8.2. Critério de Julgamento

O critério julgamento adotado será: MENOR PREÇO POR ITEM.

8.3. Qualificação Técnica

8.3.1. Atestado de Capacidade Técnica: Apresentação de pelo menos 01 (um) atestado, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a execução de serviços de pesquisa de opinião compatíveis com o objeto.

8.3.2. Registro em Conselho Profissional: Prova de registro ou inscrição da empresa licitante no Conselho Regional de Estatística (CONRE) ou compromisso de contratar estatístico registrado.

8.3.3. Responsável Técnico: Comprovação de que a licitante possui em seu quadro profissional estatístico devidamente registrado no CONRE, mediante cópia da CTPS, contrato social ou contrato de prestação de serviços, que responderá tecnicamente pela pesquisa.

9. ESTIMATIVA DO VALOR

O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso, com a finalidade de que os licitantes apresentem sua melhor proposta para o certame, nos termos previstos no art. 24 da Lei nº 14.133/21 e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do TRE-TO. A referida informação será realizada oportunamente pela unidade competente deste Regional e inserida no Edital.

11. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 Caso o licitante e/ou o fornecedor, por ação ou omissão, venha a praticar alguma das condutas infracionais previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, observado o devido processo administrativo sancionatório, ficará sujeito (a) às sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades cominadas no instrumento convocatório, quando a licitante praticar condutas previstas em lei ou outro instrumento normativo.

11.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto contratado, a Contratada ficará sujeita às penalidades previstas no edital e na Lei nº 14.133/2021.

12. REAJUSTE E EQUILÍBRIO ECONÔMICO

As regras de reajuste do valor contratual serão estabelecidas na minuta do contrato.

Referências

[1] IBGE. Divisão Regional do Brasil. Disponível em: [\[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/DRB/Divisao%20regionalv01.pdf\]](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/DRB/Divisao%20regionalv01.pdf).

FERNANDO MENDONCA ALMEIDA

Assessor de Pesquisa, Estratégica e Gestão da Qualidade



Documento assinado eletronicamente em 06/05/2026, às 15:22, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-to.jus.br/autenticar> informando o código verificador **000012302670782** e o código CRC **EE02BC4C**.
